

O ESTÁGIO ENQUANTO PRÁTICA DE PESQUISA NOS ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS

Roberta Abreu

Docente da Universidade do Estado da Bahia CAMPUS XV

Dídima Andrade

Docente da Universidade do Estado da Bahia CAMPUS XV

RESUMO

O texto em questão retrata a experiência vivenciada no componente curricular Pesquisa e Estágio. O objetivo desse relato é possibilitar a compreensão das práticas de ensino evidenciando a importância dos atores sociais que adentram os diversos espaços de aprendizagem sejam esses formais ou não formais. Para tal utilizou-se metodologia do tipo qualitativo com ênfase na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo. Num primeiro momento é colocado o cenário do referido componente curricular na instituição, a relação existente entre pesquisa e estágio, e seus desdobramentos na formação e prática do pedagogo; posteriormente são discutidas as ações do coordenador pedagógico para além dos espaços educativos na perspectiva de um compromisso e uma aproximação mais profunda com os Grupos Sociais, Associações de Moradores, ONG'S, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com a Escola. Através dessa experiência concordamos que o estágio nos espaços formais e não formais é relevante na formação do Pedagogo .

Palavras chave: pesquisa – estágio – formação.

INTRODUÇÃO

As considerações tecidas nesse texto nascem das inquietações que a prática de ensino suscita na docência e aqui, em particular, na docência do Ensino Superior-Curso de Pedagogia. Convém dizer que se compreende a prática enquanto ação materializada no fazer pedagógico dos professores e estagiários. É nessa ação que se vive e se descobre os acertos, e porque não dizer os erros, dentro e fora do espaço escolar. Nessa itinerância como docentes do referido curso, no componente curricular Fundamentos Teóricos da Ação Pedagógica (Estágio Supervisionado), hoje Pesquisa e Estágio por força da mudança na matriz curricular para atender as exigências das Diretrizes Nacionais Curriculares do Curso de Pedagogia, nos debruçamos sobre as práticas dos estudantes do curso de Pedagogia por ocasião do estágio curricular orientado por nós, autoras desse texto. A sua relevância deve-se ao fato de investigar questões pertinentes à importância do estágio enquanto momento de pesquisa.

Convém acrescentar que faremos uma breve explanação sobre os espaços formais e não formais de educação, dois momentos do estágio. O primeiro diz respeito ao estágio enquanto momento de pesquisa e ensino, o segundo a pesquisa e o estágio na gestão escolar fazendo um link com os espaços não formais; visto que além de ser um espaço de pesquisa, se configura também como ensino. Dessa forma vê-se o imbricamento entre pesquisa/estágio/ensino, quer seja nos espaços formais ou não formais de educação.

Ao declinarmos sobre o primeiro momento do estágio conforme anunciado acima é imperioso entendermos que o ensino é mais do que uma atividade rotineira na qual se aplicam simplesmente metodologias pré-determinadas. Trata-se de uma atividade complexa que envolve simultaneamente aspectos intelectuais, políticos de gestão de pessoas e recursos. Percebendo o ensino como um campo vasto de relações, torna-se necessário que o professor faça uma constante exploração, avaliação e reformulação de sua prática. É preciso experimentar formas de trabalho que levem os seus alunos a obter os resultados desejados.

Para tal, é indispensável compreender bem os modos de pensar e as dificuldades próprias dos alunos. Um ensino bem sucedido requer que os professores reflitam continuamente sobre a sua relação com os alunos, os colegas, os pais e o seu contexto de trabalho. Além disso, uma participação ativa e consistente na vida da escola requer do professor a capacidade de argumentar e fundamentar as suas propostas. Um dos elementos que constitui a base natural para essa atuação, tanto na sala de aula como na escola, é a atividade investigativa, no sentido de atividade inquiridora, questionadora e fundamentada.

O segundo momento diz respeito à pesquisa e o estágio na gestão escolar. Chamamos atenção para o fato de que nesse estágio o coordenador é compreendido como formador, co-autor dos trabalhos que acontecem na escola e, simultaneamente como “alimentador” do processo de desenvolvimento dos projetos educativos de grande significação para a interação de todos os segmentos da comunidade escolar (educadores, educandos e pais). Cabendo-lhe não apenas contribuir na organização dos trabalhos, respondendo as dúvidas e inquietações dos professores com a finalidade de ajudá-los na busca de respostas, mas fundamentalmente – servir de “elo” entre a escola, educando e comunidade, solucionando questões que perpassam o cotidiano escolar e que orientam a equipe no desenvolvimento dos processos pedagógicos.

REFLETINDO SOBRE A PESQUISA NO ESTÁGIO

Durante o curso de formação inicial – Curso de Pedagogia – os estudantes são convidados diversas vezes através dos componentes curriculares que compõem seus cursos a desenvolverem pesquisas. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e de outras naturezas. O que chamamos atenção aqui é que são raros os que se apropriam de fato do que é o ato de pesquisar. Na maioria das vezes se instalam no nível da reprodução de forma acrítica.

Nesse sentido, vale indagar: será que os professores desses professores em processo de formação inicial também construíram esse tipo de conhecimento? Os professores nos cursos superiores realmente construíram bases teóricas fundamentais no campo da epistemologia para planejar, acompanhar e avaliar as atividades curriculares de pesquisas que eles mesmos solicitam? Estamos diante de um dilema que traz para essa discussão a importância de se pensar um currículo em que os sujeitos tenham realmente a oportunidade de aprender e aprofundar suas reflexões.

Depois de cursarem componentes curriculares que, de um modo geral, demandam a prática e o conhecimento da pesquisa, os estudantes se deparam com o componente que tratamos aqui em especial: Pesquisa e Estágio. No caso do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia CAMPUS XV – UNEB, a partir do sexto semestre esses componentes são oferecidos.

Não compreendemos que a pesquisa, nesse componente curricular, se dá apenas no momento em que os alunos vão até o campo de estágio colher informações. Entendemos que a pesquisa começa desde a fase de fundamentação teórica onde são demandadas leituras, sistematizações, discussões, sínteses, críticas, seminários e debates. Acreditamos ser esse momento uma oportunidade da construção de bases essenciais para atuação e análise das práticas a serem implementadas durante o estágio pois segundo Demo

Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro do contexto comunicativo[...] Pesquisa passa a ser, ao mesmo tempo, método de comunicação, pois é mister construir de modo conveniente a comunicação cabível e adequada, e conteúdo de comunicação, se for produtiva. (DEMO 2005,p.39)

É ainda nessa fase de fundamentação que os estudantes precisam aprofundar a utilização de instrumentos de pesquisa que irão utilizar no momento de coleta de dados para o planejamento de suas ações no estágio. Em geral, fazem uso de observações, entrevistas

diretas e indiretas, questionários, pesquisa documental. Através desses instrumentos de pesquisa o perfil da escola é traçado, bem como o que é possível ou não implementar como ação durante o período de estágio. Esse momento é de suma importância pois além de proporcionar uma aproximação entre corpo docente e estagiários, permite um diálogo entre escolas e universidade além, é claro, de fornecer dados para o planejamento.

Na condição de coordenadoras das atividades de estágio não podemos nos furtar desse momento de pesquisa, pois o mesmo se configura como fator determinante para a pertinência das ações que serão implementadas, além de permitir que os alunos estagiários tenham contato com as diversas realidades do ensino público e dos espaços não-formais de educação.

A partir desse momento é chegada a hora da elaboração do planejamento das ações para implementação. Para essa elaboração consideramos as demandas e os interesses das escolas e corpo gestor, comunidades, sindicatos e etc; os estudantes elaboram suas ações lançando mãos dos conhecimentos construídos não somente nos componentes de pesquisa e estágio mas, todos os componentes cursados durante o processo de formação inicial até o momento. É exatamente aí que trazemos a compreensão do estágio como eixo articulador, pois tal concepção nos direciona para uma compreensão de estágio como um momento de elaboração, prática e conexão dos estudos realizados ao longo do curso e com a vida.

Uma vez elaborada as ações sob orientação dos professores de estágio os estudantes apresentam as mesmas para discussão em classe e para que os demais colegas possam conhece-las e discuti-las. Atentamos aí, mais uma vez, para a presença do ato de pesquisar não apenas no momento em que os estagiários lançam mão de seus dados de pesquisa, das obras que consultam para a elaboração do planejamento mas, também no momento em que socializam suas construções, pois a partir dessa prática observamos a divulgação, análise e debate do material produzido. Nessa perspectiva

De acordo com as diversas concepções de ciência e com a questão da criatividade diante dos métodos científicos, nos deparamos com inúmeras formas de se fazer a pesquisa. Para explicitarmos aqui algumas dessas formas é importante esclarecer o que nos diz o autor Pedro Demo (2005, p. 18)

Compreendida como capacidade de elaboração própria, a pesquisa condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico”. A pesquisa é, também, um estudo pessoal, pois carrega em si marcas, inferências e atitudes investigativas de quem a faz. É um

estudo delineado pelo rigor que é compreendido de diversas formas no cenário científico. (ABREU, 2008)

Assim, chamamos atenção para ações que fazem parte do processo de construção de pesquisa e que, muitas vezes, são desconsideradas como tal pelo fato de termos internalizado um paradigma único de pesquisa, ou seja, as dissertações de mestrado, os artigos científicos e as teses de doutoramento. O ato de pesquisar encerra-se apenas nesse horizonte? Se compreendêssemos desse modo, certamente, não sugeriríamos a temática aqui discutida pois a análise da pesquisa no estágio considera os procedimentos mais clássicos da pesquisa como já citamos aqui anteriormente: observação, entrevista, questionários, análise documental, bem como a reflexão na ação, a pesquisa da própria prática pedagógica.

Uma vez elaborado, apresentado e discutido o planejamento das ações para o estágio chega o momento em que os estudantes atuam com base no que construíram não somente em seus planejamentos mas ao longo do curso e da vida, pois acreditamos a as práticas dos sujeitos resultam do conjuntos de saberes que os mesmos realizaram ao longo da vida.

Durante a implementação das ações no estágio, os estagiários são surpreendidos com uma série de situações que só se mostram e demandam atitudes no âmbito do exercício da prática. Ressalvamos que não estamos supondo ou considerando que existe a separação entre teoria e prática. O que afirmamos é que existem saberes que só são demandados no seio da prática e, nesse sentido para construí-los, os sujeitos acionam vários campos: o teórico, o familiar, biológico, etc.

Em decorrência de demandas de várias naturezas que surgem nessa fase é crucial que o professor de estágio – que é ao mesmo tempo coordenador – intercale essas ações com reuniões juntamente com seus estudantes para que as experiências sejam socializadas e analisadas. No item que segue trataremos de outro aspecto que para nós se constituiu um grande desafio em nossas práticas enquanto docentes de estágio.

A PESQUISA E O ESTÁGIO NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO

Entendemos que os espaços não-formais de educação não podem ser vistos como uma extensão da educação formal, mas como uma forma diferente de trabalhar pedagogicamente com a sociedade que possui ideologias culturais em constante evolução.

De acordo Gohn (2005, p.91-92),

[...] até os anos 80, a educação não-formal foi um campo de menor importância no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores, desta forma todas as atenções sempre estiveram concentradas na educação formal, desenvolvida nos aparelhos escolares institucionalizados, em alguns momentos algumas luzes foram lançadas sobre a educação não-formal, mas ela era vista como uma extensão da educação formal, como um conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica e planejamento familiar.

A Educação não formal requer estudos mais abrangentes sobre a área da não-formalidade, pois só veio a ter destaque a partir dos anos 90 com a valorização dos processos de aprendizagens culturais, articulando as ações dos indivíduos e com as mudanças que estavam acontecendo na sociedade, na economia e no mundo do trabalho. Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar relevância aos valores e a cultura, que é concebida como formas e processos de atuação dos homens na história.

Vale salientar que os espaços não formais de educação, ao longo da história, se destacaram com duas modalidades: os espaços não-formais e os informais. Para Gohn (2008) o que diferencia a educação não-formal da informal é que na educação informal não há intencionalidade, decorre de processos espontâneos ou naturais e por isso não abrange as possibilidades da educação não-formal que se caracteriza por ações e práticas educativas de caráter intencional e sistematizadas, porém não formalizadas. Como já salientamos no texto acima os processos educativos requer conhecimento que se entrecruzam entre os vários espaços de aprendizagem.

Essas duas práticas educativas (formal e não formal) por sua vez, são tidas como educação planejada, estruturada com intencionalidade, sendo que uma é oferecida na instituição escolar e a outra em locais extra-escolares.

Libâneo (1999,p, 89) salienta que:

[...] é inevitável que ocorram entendimentos parcializados, devido ao viés das várias áreas de conhecimento que se ocupam do fenômeno educativo, das diversas instituições que lidam com questões educacionais ou das experiências vivenciadas na prática.

Percebemos nessas duas práticas de educação, que o espaço não-formal não objetiva a assimilação de conteúdos pré-estabelecidos nem acumulação de conteúdos previamente

sistematizados objetivando ser aprendidos, mas pela produção e criação de novos conhecimentos que é gerado por meio de vivências e de situações problemas.

Desta forma, podemos perceber na discussão que os espaços não escolares de educação se caracterizam principalmente pela aprendizagem ser pensada a partir da prática social concreta, na qual a produção do conhecimento deva se dá a partir de situações vivenciadas pelos sujeitos e não pela imposição de conteúdos previamente estabelecidos.

Nessa perspectiva o grande diferencial de ações educativas nos espaços não escolares é a possibilidade de construção de novos conhecimentos com base na práxis concreta dos grupos sociais envolvidos, o requer outra forma de gestão, que não seja pensada apenas para atender um corpo técnico-burocrático-administrativo, como se apresenta nos espaços escolares formais, mas uma gestão que envolva um conjunto de setores em que as ações e soluções não devem ser prontas e determinadas, mas negociadas com a participação de todos.

Nesse sentido é que salientamos a importância do coordenador pedagógico nos espaços não escolares (não-formal e informal) de aprendizagem, considerando que a prática do coordenador pedagógico em nosso país sempre foi marcada por processos educativos burocratizados, distante da realidade social-política, marcada pela privatização da sociedade brasileira a serviço de um modelo de desenvolvimento excludente em todos os setores da sociedade, inclusive da escola.

Como já dissemos anteriormente estender as ações do coordenador pedagógico para além dos espaços educativos requer um compromisso e uma aproximação mais profunda com os Grupos Sociais, Associações de Moradores, ONG'S, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e mesmo com a Escola porque acreditamos que só assim podemos reinventar a formação do coordenador pedagógico a partir da realidade concreta vivida pelas comunidades pesquisadas e pelos próprios alunos envolvidos no processo, sem contar que ainda há uma aproximação da universidade com as comunidades.

A PESQUISA E O ESTÁGIO NA GESTÃO ESCOLAR

Atualmente muito se tem discutido sobre o tema Gestão Escolar, revelando que o mesmo é motivo de novas experiências e estudos por parte de vários teóricos ou até mesmo pelos próprios profissionais de educação que já atuam na área. Diante disso, as instituições escolares vêm sendo pressionadas a repensar os seus papéis, principalmente no que diz

respeito ao coordenador pedagógico, tendo em vista as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, a participação da comunidade escolar, bem como professores, pais, especialistas, e os gestores se constituem como parte desse esforço que proporciona o afastamento das tradições corporativas, prejudiciais á qualidade do ensino por buscarem interesses pessoais e de grupos. O entendimento de gestão já pressupõe a idéia de participação, ou seja, do trabalho associado de pessoas analisando situações , decidindo sobre o encaminhamento, agindo de forma compartilhada. Como afirma Luck:

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização dos processos pedagógicos, á participação responsável de todos nas decisões necessárias e na efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.(Luck, 2001, p. 16)

Conforme o pensamento da autora compreende-se que a gestão participativa melhora a qualidade da prática pedagógica e do processo educacional nas escolas, garantindo ao currículo escolar mais sentido de realidade e atualidade. Ela promove o aumento do profissionalismo dos professores, combatendo o isolamento físico e administrativo dos diretores e coordenadores ao tempo em que motiva o apoio comunitário das escolas.

Convém explicitar que a pesquisa foi realizada em três momentos. Inicialmente discutiu-se e forneceu-se os aportes teóricos para compreensão da realidade e do *locus* em que atua o coordenador pedagógico; e para tal tomou-se como aportes RAMALHO (2008) DEMO (1997) GADOTTI (2000) PIMENTA (2001) GIROUX (1988) e outros, considerando as discussões que esses autores tecem a respeito do tema em questão. Essas leituras foram socializadas em forma de seminários de maneira que possibilitou uma leitura crítica reflexiva sobre a função dos (as) Coordenadores (as) Pedagógicos e seu objeto de trabalho, ressaltando, que a ação-reflexão-ação permeou todas as atividades.

Dentre as funções do coordenador pedagógico ressalta-se sua importância no sentido de viabilizar o processo de aprendizagem, através de um diálogo constante, tendo como eixo norteador a ação-reflexão-ação. Dessa forma, deve promover na escola, uma convergência dos papéis coordenador-educador-educando, além de articular e mediar os conflitos entre professores, pais e alunos. A partir dessa interação surgirão caminhos a serem trilhados na prática educativa, que serão materializados na forma de proposta pedagógica e ações educacionais no ambiente escolar e comunitário.

Em que pese ainda tais funções, o coordenador pedagógico deve se preocupar, com a formação do ser humano transformador, aquele capaz de analisar criticamente a realidade, desvelando seus determinantes sociais, políticos, econômicos e ideológicos, atores na construção de uma sociedade justa e democrática, superadora dos determinantes geradores de exclusão.

No segundo momento com uma carga horária 30 horas os estudantes foram encaminhados às escolas da rede pública de ensino, para trabalhar com os instrumentos de observação e entrevistas associados de acompanhamento e registro sobre a rotina do coordenador pedagógico e, após observação, socializar com os colegas em forma de comunicação.

De posse dos instrumentos – como já mencionamos anteriormente - procedeu-se a análise dos dados coletados sobre as experiências dos docentes entrevistados, sempre com a preocupação de preservar a identidade dos sujeitos e das instituições pesquisadas, resguardando a autonomia das suas práticas docentes, pois os estudantes em fase de formação necessitam construir os saberes relacionados à ética; considerando que essas experiências vivenciadas na escola possibilitam um arcabouço de grande importância no futuro profissional desses sujeitos. Lembrando ainda que:

“O resgate das experiências significativas do professor em formação serve de paradigma para que ele realize o mesmo em relação aos seus estudantes. (...) Em simetria, o uso dos conhecimentos construídos pelos professores em formação serve para propor experiências significativas aos estudantes do ensino básico, que, do mesmo modo, podem resgatar aquilo que conhecem ao resolverem novas situações.” (CARVALHO; PORTO, 2005, p.19).

Com base no exposto compreende-se a importância do exercício da prática possibilitando experiências significativas aos professores que atuam no ensino básico conforme enfatiza a autora em questão. Para se efetivar tal exercício através dos minicursos, fez-se necessário a construção de um plano de ação, contemplando as ações do coordenador pedagógico, com a carga horária de 60 horas, tendo como público alvo professores, gestores, coordenadores pedagógicos e estudantes do curso de pedagogia da região de Valença-Bahia.

Para finalizar a operacionalização da proposta os estudantes elaboraram um relato contemplando toda experiência vivenciada durante o período de estágio que pretendeu contribuir para a reflexão acerca da dinâmica do trabalho desenvolvido no contexto escolar, que considere o “resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina-e-aprende e o

aluno que aprende-e-ensina” (MEDINA, 2001, p.20), assim estaremos contemplando o objeto específico de trabalho do Coordenador Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, verificamos que é de responsabilidade muito especial e pertinente que a Universidade não apenas acompanhe a reboque as profundas e rápidas transformações que estão ocorrendo, sobretudo se antecipe, na formação de profissionais da educação com as qualificações e o perfil que a sociedade do século XXI exige.

Destacamos, desta maneira, que esta é uma ação desestabilizadora que atinge, em última instância, entranhas dos currículos e programas da Universidade. A mudança das reformas dos anos 80 e 90, pouco a pouco trazem novos desafios para o curso de Pedagogia e percebemos que estas alterações legais associadas às transformações e exigências sociais fizeram com que, a atuação do Pedagogo, ultrapassasse as fronteiras das escolas e cargos executivos (diretorias, secretarias, ministério) e este profissional passa a atuar em outras instituições, até porque as transformações ocorridas no currículo da Pedagogia o capacita para tal.

Logo, apontamos como fundamental o trabalho de todos os professores que formam os pedagogos, sua propostas de trabalho, a aproximação de leituras e discussão com a realidade. Nesse contexto, enaltecemos o lugar do componente curricular pesquisa e estágio não no sentido de justaposição em relação aos outros componentes mas, - como o mesmo é foco de nossas discussões – partido da compreensão de que a partir dele proporcionamos ao estudante a vivências dos fatos humanos e educativos in loco.

Percebemos que a mudança pedagógica é não só promover a auto-aprendizagem de seu aluno fora da sala de aula, mas também ele próprio vivenciar novas experiências e caminhar para novas descobertas de suas habilidades e competências dentro e fora da abrangência escolar.

A concretização e alcance dos resultados desta ação precisam promover condições para que este profissional possa caminhar com confiança e segurança em sua trajetória profissional, conquistando a eficácia de sua formação ao desempenhar o seu real papel na sociedade Considerando que educar é contribuir para que professores e alunos - nas escolas e organizações - transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem; é ajudar os alunos na construção da sua formação, do seu caminho pessoal e profissional, do seu

projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornarem-se cidadãos

Nesse processo consolida-se a interação sujeito-objeto, ou sujeito-sujeito, cuja noção dialética é a interdependência, considerada aqui como critério fundamental para que esta relação torne possível a vida comunitária, em um contexto de ajuda mútua - apresentando nas ações a efetiva participação de programas de solidariedade.

Convém acrescentar que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia aprovado em dezembro de 2005, em Finalidade do Curso de Pedagogia, destaca que a educação do Pedagogo deve propiciar estudos de campos do conhecimento, tais como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, para nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimento de ensino.

Em relação à atuação do pedagogo em espaços não escolares, o mesmo documento ressalta que o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

Nessa perspectiva, observa-se que a pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola.

Retomando a nossa questão inicial concernente ao estágio corroboramos que o estágio é componente curricular obrigatório, podendo ser entendido como eixo articulador entre teoria e prática. É a oportunidade em que o aluno entra em contato direto com os problemas e desafios da realidade profissional em que irá atuar para repensá-la como também para desenvolver as competências e habilidades necessárias à aplicação dos conhecimentos teóricos e metodológicos trabalhados ao longo do curso.

REFERÊNCIAS

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA. **Parecer 5/2005. Projeto de Resolução.** Ministério de Educação; Conselho Nacional da Educação. Aprovada em 13 de dezembro de 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.**-2.ed. - São Paulo: Cortez, 1999.

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo.** Disponível em: <http://geccom.incubadora.fapesp.br/portal/tarefas/projetos-em-multimeios-i-e-ii-pucsp/textos-uteis/pensamentocomplexo.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **A prática (e a teoria) docente ressignificando a didática.** In: Maria Rita N. S. Oliveira, Confluências e divergências entre didática e currículo. Campinas: Papirus, 1998.